

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ADMITIDO, NUMERE-SE E

PUBLIQUE-SE

Rebua à Comissão:

*de Política Geral*

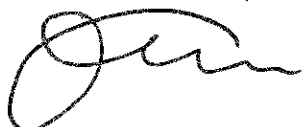
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros*

Para parecer até *2012/02/27*

*2012/02/08*

O Presidente,



Exmo. Senhor

Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia

Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Ref.º 170/CGAB/SEPCM/2012

Data: 6. fevereiro. 2012

Encarrega-me o Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de junto remeter para a audição prevista no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição e no n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o seguinte projecto de diploma:

Projeto de decreto-lei que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, que aprova o regime do Pessoal Especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros – MNE – (Reg. DL 53/2012).

Em cumprimento do disposto no artigo 118.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, solicita-se a emissão de parecer até ao próximo dia 27 de fevereiro de 2012.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete



(Francisco José Martins)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada <b>C581</b>	Proc. Nº <b>08.06</b>
Data: <b>01/02/107</b> Nº <b>1881 EX</b>	



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

**DL 53/2012**

**2012.01.27**

O presente decreto-lei altera o Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2011, de 26 de julho, que aprova o regime do pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, procedendo à sua atualização e consolidação, em virtude da recente reestruturação do Ministério e, em particular, da sua rede externa.

O atual contexto económico do país e as inerentes limitações orçamentais do Ministério dos Negócios Estrangeiros obriga a um exercício inevitável de redimensionamento da rede externa portuguesa e dos gastos que a mesma atualmente implica.

No caso do pessoal especializado, cria-se assim um regime específico e uniforme de abonos que, tendo em conta as exigências inerentes ao exercício de funções do pessoal especializado nos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, concorre para o esforço nacional de contenção orçamental.

Assim:

Nos termos da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

#### Artigo 1.º

Alteração do Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro

Os artigos 1.º, 4.º, 15.º, 16.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2011, de 26 de julho, passam a ter a seguinte redação:



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

«Artigo 1.º

[...]

1 - [...].

2 - Sem prejuízo da manutenção de regimes específicos de designação de elementos para colocação no exterior, designadamente para colocação na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia em Bruxelas ou, ainda, para colocação de pessoal na área da defesa ou da segurança em que exerce a sua atividade em articulação com a missão diplomática ou posto consular respetivo, o presente decreto-lei é-lhes subsidiariamente aplicável.

Artigo 4.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...]:

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) [...];

e) [...];

f) [...];



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

- g) [...];
- h) [...];
- i) [...];
- j) [...];
- l) [...];
- m) Assuntos regionais.

#### Artigo 15.º

[...]

1 - [...].

2 - Os encargos com o pagamento de despesas relativas ao pessoal especializado colocado na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia em Bruxelas, são suportados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

3 - [...].

#### Artigo 16.º

##### Abonos e legislação subsidiária

1 - O pessoal especializado colocado nos serviços externos tem direito a receber os seguintes abonos mensais, de montante a fixar por despacho proferido pelos membros do governo responsáveis pelas áreas dos negócios estrangeiros e das finanças:

- a) De representação, destinado a suportar as despesas inerentes às exigências de deslocação e representação das funções que desempenham;



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

b) De habitação, para subsídio de renda de casa e encargos permanentes derivados da habitação, sempre que não dispuserem de residência do Estado sem encargos.

- 2 - Os abonos previstos no número anterior são devidos, independentemente da data de início de efeitos da comissão de serviço, desde o dia em que assumem funções nos serviços externos e cessam na data em que terminam as funções.
- 3 - O pessoal especializado tem direito a um abono para despesas de instalação igual a três vezes o abono mensal referido na alínea a) do n.º 1 do presente artigo, apurado com referência ao regime aplicável em concreto ao serviço externo onde vão exercer funções.
- 4 - O pessoal especializado colocado nos serviços externos ou transferido destes para os serviços internos tem direito ao reembolso das despesas de viagem, incluindo dos acompanhantes autorizados.
- 5 - O pessoal especializado tem direito a um seguro de saúde nos termos previstos no Estatuto da Carreira Diplomática.
- 6 - Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente decreto-lei e não contrarie as suas normas aplica-se a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, bem como a legislação que lhe é complementar.
- 7 - O presente decreto-lei não prejudica a aplicação ao pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros dos respetivos estatutos profissionais específicos, designadamente da magistratura ou da carreira militar, em tudo o que não contrarie o que neste diploma se encontre disposto.



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

Artigo 17.º

[...]

- 1 - As comissões de serviço em curso à data da entrada em vigor do presente decreto-lei são excepcionalmente renovadas no 1.º dia útil do mês seguinte à data da entrada em vigor do mesmo, aplicando-se as disposições previstas neste diploma e no despacho previsto no artigo 16.º.
- 2 - Excecionam-se do disposto no número anterior as comissões de serviço que cessem até ao dia 30 de junho de 2012 por decurso do seu prazo.
- 3 - No prazo de 15 dias após a publicação do presente decreto-lei é publicado um despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros transitando o pessoal especializado em funções para os cargos previstos no n.º 3 do artigo 4.º.
- 4 - Caso os interessados optem pela não renovação das comissões de serviço vigentes, estas cessam no prazo de 90 dias a contar da data da entrada em vigor do presente decreto-lei.
- 5 - O pessoal especializado em funções à data da entrada em vigor do presente decreto-lei mantém o direito ao pagamento do transporte de bens aquando da cessação das respetivas comissões de serviço.
- 6 - O direito referido no número anterior não se aplica às comissões de serviço constituídas ou renovadas após a entrada em vigor do presente decreto-lei.
- 7 - 7 Enquanto não for revista a remuneração a atribuir a cada um dos cargos de pessoal especializado previstos no presente decreto-lei mantém-se em vigor o disposto no Decreto Regulamentar n.º 22/91, de 17 de abril.»



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

Artigo 2.º

Republicação

É republicado em anexo ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, o Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, com a atual redação.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no 1.º dia útil do mês seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de

O Primeiro-Ministro

O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

#### ANEXO

(a que se refere o artigo 2.º)

Republicação do Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro

#### Artigo 1.º

##### Objeto e âmbito

- 1 - O presente decreto-lei estabelece o regime jurídico de emprego aplicável ao pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- 2 - Sem prejuízo da manutenção de regimes específicos de designação de elementos para colocação no exterior, designadamente para colocação na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia em Bruxelas ou, ainda, para colocação de pessoal na área da defesa ou da segurança em que exerce a sua atividade em articulação com a missão diplomática ou posto consular respetivo, o presente decreto-lei é-lhes subsidiariamente aplicável.

#### Artigo 2.º

##### Pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Para efeitos do presente decreto-lei entende-se por pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros aquele que é colocado pelo Governo Português no exterior para, na dependência hierárquica do respetivo chefe de missão ou do posto consular, acompanhar as atividades inerentes a uma área específica, defendendo as políticas nacionais assumidas para a área respetiva, tratando a informação nesse âmbito e articulando a sua execução com as entidades sectoriais nacionais e com as autoridades locais.





Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

### Artigo 3.º

#### Funções do pessoal especializado

Compete ao pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros:

- a) Acompanhar os assuntos relativos à área para a qual é nomeado;
- b) Participar nas reuniões, grupos de trabalho e outras atividades no âmbito da área em que exerce funções;
- c) Estabelecer a articulação necessária entre a missão diplomática ou o posto consular respetivo, sob direção do chefe da missão ou do posto consular, e as autoridades nacionais do sector relativo à área em que exercem funções;
- d) Programar as ações necessárias a desenvolver para a área em que se encontra a exercer funções, obtendo a informação necessária para o seu acompanhamento e execução;
- e) Elaborar relatórios da atividade desenvolvida para conhecimento das autoridades nacionais e membros do Governo competentes com a periodicidade que em cada caso lhe for exigida e veicular pelos canais diplomáticos apropriados a informação pertinente e oportuna sobre os assuntos que acompanha;
- f) Desenvolver, sob direção do chefe da missão diplomática ou posto consular respetivo, as ações específicas inerentes à área em que exerce funções visando os objectivos anualmente fixados para o posto e para a área de atividade respetiva.



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

Artigo 4.º

Cargos

- 1 - As funções do pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros são diferenciadas de acordo com a complexidade da atividade inerente a cada cargo, requisitos exigidos para o provimento e respetiva área de competências, conforme disposto no presente decreto-lei.
- 2 - Os cargos previstos no presente artigo não se inserem em carreira e as respetivas funções têm carácter transitório.
- 3 - Constituem cargos do pessoal especializado de acordo com a diferenciação de funções:
  - a) Conselheiro técnico principal;
  - b) Conselheiro técnico;
  - c) Adido;
  - d) Secretário privativo;
  - e) Tradutor/intérprete.
- 4 - Os cargos de pessoal especializado são distribuídos, conforme as necessidades no âmbito da política externa, pelas seguintes áreas de competências:
  - a) Económica;
  - b) Cooperação;
  - c) Militar;
  - d) Segurança;
  - e) Trabalho e emprego;
  - f) Social;



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

- g) Jurídica;
- h) Cultural ou de imprensa;
- i) Científica;
- j) Agricultura, pescas e alimentação;
- l) Eclesiástica;
- m) Assuntos regionais.

#### Artigo 5.º

##### Postos de trabalho e mapa de pessoal

- 1 - Os postos de trabalho previstos para cada um dos cargos mencionados no n.º 3 do artigo anterior constam do mapa de pessoal relativo ao pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- 2 - O mapa de pessoal é aprovado e alterado nos termos previstos para os serviços da Administração Central, competindo a sua gestão à Secretaria Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

#### Artigo 6.º

##### Recrutamento

- 1 - O recrutamento de pessoal especializado é feito por escolha de entre indivíduos que preencham os requisitos gerais e particulares referidos no presente decreto-lei e que possuam competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções, independentemente de deterem ou não relação jurídica de emprego público.



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

- 2 - O recrutamento para as áreas referidas nas alíneas *a)*, *e)*, *d)*, *e)*, *h)*, *i)* e *j)* do n.º 4 do artigo 4.º é feito sob proposta do membro do Governo responsável pelo sector em cuja área se insere o cargo a prover.

#### Artigo 7.º

##### Requisitos

- 1 - O recrutamento para provimento dos cargos de conselheiro técnico principal, de conselheiro técnico e de adido é feito de entre indivíduos licenciados, detentores de adequado currículo para a área de exercício de funções respetiva e com experiência profissional não inferior a:
  - a)* Nove anos para o cargo de conselheiro técnico principal;
  - b)* Seis anos para o cargo de conselheiro técnico;
  - c)* Três anos para o cargo de adido.
- 2 - O recrutamento para provimento dos cargos de conselheiro técnico ou de adido na área de imprensa pode ser feito de entre indivíduos que, não sendo licenciados, tenham experiência profissional não inferior a nove anos ou a seis anos, respetivamente.
- 3 - O recrutamento para provimento de cargos em funções militares é feito de entre militares de carreira com posto não inferior a primeiro-tenente ou capitão com o Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOS).
- 4 - O recrutamento para provimento do cargo de secretário privativo é feito de entre indivíduos habilitados com o nível de escolaridade obrigatório, bem como experiência profissional não inferior a três anos.
- 5 - O recrutamento para provimento do cargo de tradutor/intérprete é feito de entre indivíduos habilitados com o nível de escolaridade obrigatória e comprovado domínio escrito e falado da língua do país de colocação.



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

#### Artigo 8.º

##### Provimento

- 1 - Os postos de trabalho relativos aos cargos de pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros são providos em regime de comissão de serviço, por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros publicado no Diário da República.
- 2 - O provimento de conselheiro técnico principal e de conselheiro técnico para a unidade EUROJUST é feito por despacho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Justiça, sob proposta do Procurador-Geral da República após audição do Conselho Superior do Ministério Público, sendo o despacho publicado no Diário da República.
- 3 - Os cargos relativos às áreas militar e de segurança são providos por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros e do membro do Governo que tutela o respetivo sector, sendo as funções militares exercidas em comissão de serviço normal na situação de adido ao quadro.
- 4 - O despacho deve mencionar a missão ou posto consular de colocação e o cargo do respetivo provimento.
- 5 - O provimento de trabalhador em funções públicas depende sempre de autorização prévia do membro do Governo que tutela ou superintende o organismo ou serviço de que aquele dependa.

#### Artigo 9.º

##### Duração da comissão de serviço

- 1 - O provimento é feito por um período de três anos, renovável uma única vez e por um novo período com duração máxima de três anos.
- 2 - Exceciona-se do disposto no número anterior a comissão de serviço no cargo de tradutor/intérprete.



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

Artigo 10.º

Renovação

- 1 - A renovação da comissão de serviço depende de despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros e ou, nos casos referidos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 8.º, de despacho dos ministros aí identificados.

Artigo 11.º

Cessação

- 1 - A comissão de serviço cessa:
- a) Pela não renovação, findo o primeiro triénio;
  - b) Pelo decurso da sua duração máxima;
  - c) Por fundamentada conveniência de serviço, mediante despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, após notificação prévia com a antecedência mínima de 90 dias;
  - d) A pedido do interessado, com antecedência mínima de 90 dias e desde que acompanhado de informação dos serviços de inexistência de inconveniência ou prejuízo para o posto em que se encontra colocado.
- 2 - A comissão de serviço para exercício do cargo de tradutor/intérprete cessa nos termos previstos nas alíneas c) e d) do número anterior.
- 3 - Pode ser acordada a data da efetiva saída do titular do cargo, tendo em conta, designadamente, razões atinentes à finalização do ano lectivo de descendentes ou menores a cargo, não podendo a manutenção em funções, quando fundada noutras razões, ultrapassar um período de seis meses contados da data em que terminou a comissão de serviço.



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

#### Artigo 12.º

##### Direitos e deveres

- 1 - Os trabalhadores em funções públicas providos como pessoal especializado têm direito, findas as respetivas funções, a reocupar posto de trabalho adequado no organismo serviço de que dependiam à data do seu provimento.
- 2 - 2 - Quando o pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros se encontrar, à data do seu provimento, investido em cargo público de exercício temporário, por virtude da lei, ato ou contrato, ou em comissão de serviço, o exercício daquelas funções suspende o respetivo prazo, podendo o cargo de origem ser ocupado em regime de substituição, nos casos em que haja norma legal que o permita.
- 3 - O pessoal especializado que, na pendência da sua comissão de serviço, seja investido em cargo público de natureza temporária, suspende aquela comissão de serviço nos casos em que norma legal o permita.
- 4 - No exercício das suas funções o pessoal especializado depende hierarquicamente do funcionário diplomático que chefia a missão ou o posto consular respetivo.

#### Artigo 13.º

##### Avaliação do desempenho

- 1 - O pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros encontra-se sujeito ao sistema de avaliação dos trabalhadores da Administração Pública com exceção daquele que, nos termos de estatuto profissional próprio aplicável, seja objecto de regime especial de avaliação do desempenho.
- 2 - A avaliação do desempenho obtida no desempenho de funções como pessoal especializado repercute-se, para os trabalhadores com relação jurídica de emprego público, na sua situação de origem.



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

#### Artigo 14.º

##### Procedimento disciplinar

O pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros encontra-se sujeito ao quadro legal disciplinar aplicável aos trabalhadores em funções públicas quando, nos termos de estatuto profissional próprio, não se encontre sujeito a um regime disciplinar especial.

#### Artigo 15.º

##### Encargos

- 1 - Os encargos com o pagamento de despesas relativas ao pessoal especializado são suportados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, com exceção dos casos previstos nas alíneas *a)*, *c)*, *d)*, *e)*, *i)* e *j)* do n.º 4 do artigo 4.º, que são suportados pelo respetivo ministério proponente.
- 2 - Os encargos com o pagamento de despesas relativas ao pessoal especializado colocado na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia em Bruxelas, são suportados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- 3 - Excetuam-se do número anterior os encargos com o pagamento de despesas do pessoal a que se refere o n.º 2 do artigo 8.º, os quais são suportados pelo Ministério da Justiça.

#### Artigo 16.º

##### Abonos e Legislação subsidiária

- 1 - O pessoal especializado colocado nos serviços externos tem direito a receber os seguintes abonos mensais, de montante a fixar por despacho proferido pelos membros do governo responsáveis pelas áreas dos negócios estrangeiros e das finanças:
  - a)* De representação, destinado a suportar as despesas inerentes às exigências de deslocação e representação das funções que desempenham;





Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

- b)* De habitação, para subsídio de renda de casa e encargos permanentes derivados da habitação, sempre que não dispuserem de residência do Estado sem encargos.
- 2 - Os abonos previstos no número anterior são devidos, independentemente da data de início de efeitos da comissão de serviço, desde o dia em que assumem funções nos serviços externos e cessam na data em que terminam as funções.
- 3 - O pessoal especializado tem direito a um abono para despesas de instalação igual a três vezes o abono mensal referido na alínea *a)* do n.º 1 do presente artigo, apurado com referência ao regime aplicável em concreto ao serviço externo onde vão exercer funções.
- 4 - O pessoal especializado colocado nos serviços externos ou transferido destes para os serviços internos tem direito ao reembolso das despesas de viagem, incluindo dos acompanhantes autorizados.
- 5 - O pessoal especializado tem direito a um seguro de saúde nos termos previstos no Estatuto da Carreira Diplomática.
- 6 - Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente decreto-lei e não contrarie as suas normas aplica-se a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, bem como a legislação que lhe é complementar.
- 7 - O presente decreto-lei não prejudica a aplicação ao pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros dos respetivos estatutos profissionais específicos, designadamente da magistratura ou da carreira militar, em tudo o que não contrarie o que neste diploma se encontre disposto.



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

#### Artigo 17.º

##### Disposições transitórias

- 1 - As comissões de serviço em curso à data da entrada em vigor do presente decreto-lei são excecionalmente renovadas no 1º dia útil do mês seguinte à data da entrada em vigor do mesmo, aplicando-se as disposições previstas neste diploma e no despacho previsto no artigo 16.º.
- 2 - Excecionam-se do disposto no número anterior as comissões de serviço que cessem até ao dia 30 de junho de 2012 por decurso do seu prazo.
- 3 - No prazo de 15 dias após a publicação do presente decreto-lei é publicado um despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros transitando o pessoal especializado em funções para os cargos previstos no n.º 3 do artigo 4.º.
- 4 - Caso os interessados optem pela não renovação das comissões de serviço vigentes, estas cessam no prazo de 90 dias a contar da data da entrada em vigor do presente decreto-lei.
- 5 - O pessoal especializado em funções à data da entrada em vigor do presente decreto-lei mantém o direito ao pagamento do transporte de bens aquando da cessação das respetivas comissões de serviço.
- 6 - O direito referido no número anterior não se aplica às comissões de serviço constituídas ou renovadas após a entrada em vigor do presente decreto-lei.
- 7 - Enquanto não for revista a remuneração a atribuir a cada um dos cargos de pessoal especializado previstos no presente decreto-lei mantém-se em vigor o disposto no Decreto Regulamentar n.º 22/91, de 17 de abril.

#### Artigo 18.º

##### Norma revogatória

São revogados os seguintes diplomas:



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

- a)* O Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de maio;
- b)* O Decreto-Lei n.º 142/87, de 23 de março;
- c)* O Decreto-Lei n.º 146/89, de 6 de maio;
- d)* O Decreto-Lei n.º 146/2001, de 2 de maio;
- e)* O Decreto-Lei n.º 29/2004, de 6 de fevereiro.

Artigo 19.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no 1.º dia útil do mês seguinte ao da sua publicação.